

Recenseamento ultrapassa expectativas da ONUMOZ

O processo eleitoral em Moçambique, na sua fase de recenseamento para o voto, está a exceder as previsões das Nações Unidas, segundo considerou ontem em Maputo o representante especial daquela organização supranacional no país, Dr. Aldo Ajello.

Falando a jornalistas à margem do terceiro curso de liderança das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), que desde ontem decorre em Maputo, Ajello disse que pela forma como a Comissão Nacional de Eleições está a conduzir o processo é de acreditar que o recenseamento vai terminar a 15 de Agosto, conforme o calendário eleitoral, abrangendo o maior número possível de cidadãos com idade para voto.

Estimativas governamentais e da Comissão Nacional de Eleições (CNE) situam em 8,5 milhões de potenciais eleitores em Moçambique. Esta cifra já foi contestada pela Divisão Eleitoral das Nações Unidas em Moçambique. A própria CNE já solicitou ao Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), seu órgão permanente, para a realização de um estudo sobre aqueles números, trabalho a ser feito juntamente com a Direcção Nacional de Estatística. Porém, ainda não há resultados desse mesmo estudo.

Confrontado com esta situação, o representante de Boutros Ghali em Moçambique disse que mais do que as cifras deve-se pretender registar o maior número possível de cidadãos para as eleições, podendo ser menos, igual ou superior às estimativas existentes. Até agora, segundo dados divulgados pela CNE, quinta-feira da semana passada, foram recenseados um milhão e 700 mil pessoas. Contudo, este número não corresponde à realidade que se verifica no terreno, sobretudo se se tiver em conta as dificuldades de comunicação com alguns pontos do país.

Os números divulgados pela CNE correspondem a 20 por cento do total a atingir se se considerar válida a estimativa dos 8,5 milhões de votantes.

Pondo de lado uma e outra dificuldade dentro deste processo, Aldo Ajello diz estar satisfeito pela forma como o mesmo está a ser encaminhado e afirma que a preparação do sufrágio está a transcender as previsões da organização que representa em Moçambique.

DIFICULDADES CONTINUAM A ENSOMBRAR O PROCESSO

A cerca de um mês após o início do censo eleitoral não se sabe até hoje se os moçambicanos não habitualmente residentes no país irão ou não participar nas eleições de Outubro próximo. Dados em nosso poder indicam que são cerca de dois milhões de cidadãos naquelas condições. O Presidente da CNE, órgão a quem compete decidir sobre a validade ou não do voto do emigrante, já indicou por várias vezes que a comissão iria tomar uma posição sobre esta matéria. Contudo, a realidade mostra o contrário, porque passa já muito tempo desde que foi feita aquela declaração. Sabe-se no entanto que para a validade do voto do emigrante ter-se-á em conta uma série de requisitos que passam necessariamente pela existência de mecanismos de controlo e verificação do processo no exterior.

Um outro problema relaciona-se com os refugiados que após a data-limite do registo eleitoral, 15 de Agosto, chegarão ao país. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, segundo uma informação do seu representante em Maputo, anunciou que o ACNUR vai estudar com a CNE as modalidades de se prorrogarem as datas do recenseamento pelo menos para os que chegarem após aquela data. Porém, até hoje não há nada de concreto embora se saiba que no calendário eleitoral estão reservados 25 dias para atender casos desta natureza. Nestes casos incluem-se igualmente os soldados desmobilizados.

A recomendação do Conselho de Segurança das Nações Unidas estabelece o fim do acantonamento a 1 de Julho e a desmobilização a 15 de Julho, datas que não foram respeitadas por nenhum dos signatários do Acordo Geral de Paz.